

ANÁLISE DA POSSÍVEL QUEBRA ESTRUTURAL NA ECONOMIA BOLIVIANA NO PANORAMA DO GOVERNO DE EVO MORALES

Fabio Souza Mendonça de CASTRO¹

RESUMO: Neste artigo é proposto um debate sobre a possibilidade de rompimento com o subdesenvolvimento econômico da Bolívia a partir da nova Ordem Política determinada com a eleição de Evo Morales em 2006. A análise parte de uma síntese da história econômica do país e conjectura a ascensão do líder indígena à presidência da República. O debate se estabelece sobre as políticas socioeconômicas apresentadas pelo governo, com o intuito de prospectar a possibilidade de uma transformação profunda nas bases estruturais do país. Disponibiliza-se, a fim de corroborar com o debate disposto, um exercício econométrico que testa a hipótese de quebra estrutural na economia boliviana.

PALAVRAS-CHAVE: Subdesenvolvimento. Quebra estrutural. Revolução bolivariana.

Introdução

Este artigo busca em sua essência interpretar as transformações socioeconômicas que estão ocorrendo na Bolívia a partir da ascensão do atual Presidente da República Evo Morales. O objetivo é verificar se as ações do governo estão realmente possibilitando uma melhora na qualidade de vida da população e avançando o desenvolvimento do país. Para tanto, a proposta é fazer uma contextualização da história econômica boliviana e conjecturar o atual rumo lançado pelo projeto bolivariano, utilizando a econometria como uma ferramenta para testar se a estrutura de desenvolvimento se alterou no período.

O primeiro item propõe uma síntese da história político-econômica boliviana, almejando compreender o motivo pelo qual a Bolívia, que possui enormes reservas de riquezas naturais, amarga um dos piores subdesenvolvimentos da América Latina. A análise segue duas linhas paralelas para descrever os fatos históricos: a contradição político-social e a exploração das riquezas, e por fim apresenta um breve panorama das condições socioeconômicas.

O segundo item apresenta o projeto boliviano a partir da ascensão de Evo Morales como presidente da República, partindo do contexto que o levou a ser eleito em

¹ Mestrando em Economia. UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras - Programa de Pós-Graduação em Economia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 - fabiomend@gmail.com.

2005 até sua proposta para a economia. O objetivo é compreender como a legitimidade do líder e suas políticas “bolivarianas” podem contribuir para que o país tome o rumo do desenvolvimento e propague um bem estar social para sua população.

Por fim, no último item é proposto um exercício econométrico a fim de testar, através da verificação da existência de quebra estrutural de Chow, se as transformações sugeridas pelo governo Morales resultam numa consistente mudança nas bases de desenvolvimento do país. O teste é uma análise limitada à interpretação da Formação Bruta de Capital Fixo para que se aceite ou não a hipótese de mudança estrutural na economia.

1. Contexto da economia boliviana antes do governo Evo Morales

Os ciclos econômicos Bolivianos, sempre em sua história, lograram explorar as abundantes fontes de riqueza que se apresentaram a fim de garantir uma renda para a economia do país sem almejar um projeto de longo prazo que pudesse gerar emprego e distribuição de renda a sua população. A necessidade de acumulação capitalista e o avanço tecnológico mundial, de tempos em tempos, encontraram na Bolívia a fonte necessária de matéria prima para seu desenvolvimento, porém, a exploração desses recursos tendeu a fomentar o progresso em outras regiões do mundo, sem condecorar o país com o justo preço. Os benefícios da exploração das ricas fontes de recursos naturais acirram sempre a concentração da riqueza e a miséria local, mantendo o país em um atraso histórico perante o desenvolvimento industrial e capitalista.

Mesmo antes da independência, no período colonial, a descoberta de ricas fontes de recursos naturais motivou a exploração na região pela metrópole, tendo o grande exemplo de Potosí como referência. A cidade presenteou os espanhóis no século XVI com uma quantidade extraordinária de prata, tornando-se um dos grandes marcos do período pré capitalista de acumulação primitiva (MARX, 2008). Sucessivos ciclos predatórios como este são recorrentes na história deste país. Com a Independência, a Bolívia seguiu com o formato de exploração dos recursos e desde o início esteve dominada por uma oligarquia ligada a mineração, que, acima de tudo protegia os interesses de uma pequena elite proprietária das riquezas.

Sem entrar no mérito de Simon Bolívar e a luta pela independência, a Bolívia nunca galgou um bem estar social para sua população, de maioria indígena, gerando sempre um descontentamento recorrente. O acirramento da desigualdade acentuada pela

queda constante do preço do estanho e, posteriormente, com a crise dos anos de 1930 e com a Guerra do Chaco, apolítica na Bolívia adquiriu um caráter de constante instabilidade, fomentando o fortalecimento de grupos revolucionários que discursavam a favor da maioria miserável.

A extrema concentração de riqueza nas mãos de uma minoria impediu a formação de uma burguesia nacional que tivesse olhos para o desenvolvimento de seu país. Como toda economia estava submissa aos barões do estanho, as atenções eram voltadas apenas para a estruturação da mineração, deixando o restante da economia em formato pré-capitalista. A fraca burguesia nacional já nascia submetida ao capital internacional como aponta Andrade (2007). Portanto, todo o lucro gerado pela enorme exploração do estanho, não galgou benefícios para o avanço do país, levando enfim a uma crise política.

Desde o fim da Guerra do Chaco, em 1935, até 1952, a crise econômica e social se instaurou na Bolívia, muitas revoltas e lutas violentas movimentavam o país e o poder político chegava com força às mãos dos militares, que eram representados por um grupo de veteranos de guerra. Contudo a ordem militar gerava insatisfação constante na população, estimulando a ascensão do *Movimiento Nacionalista Revolucionário* (MNR) na década de 1940. Fato que levou o país, em 1952, à Revolução Nacional Boliviana, que combinou grupos mineiros e camponeses com a Classe Média, contra os interesses da elite do estanho, derrotando o governo.

As ações mais importantes da Revolução Boliviana foram: a nacionalização das grandes minas e a reforma agrária. A nacionalização das grandes minas, principalmente de estanho, retirou o monopólio das mãos dos barões do estanho que operavam no país e passou a ser estatal com gerência dos trabalhadores, através a fundação da empresa COMIBOL (*Corporación Minera de Bolivia*) para organizar o monopólio estatal. A reforma agrária acabou com o latifúndio e transferiu a propriedade para os camponeses. Importante notar que os recursos provenientes da COMIBOL possibilitaram avanços importantes no desenvolvimento boliviano e entre outras coisas, galgou políticas de bem estar social, possibilitou o investimento na empresa YPFB, que anos depois permitiu a exploração do Gás Natural, e direcionou recursos para a agricultura e agroindústria na região de Santa Cruz de La Sierra, fomentando o avanço da região que hoje é um importante centro de decisões econômicas do país (BUSTILLOS; CUETO; ESPADA, 2009).

Apesar do efetivo sucesso da investida proposta pelo movimento revolucionário, sua queda era inerente ao sistema, a decadência encontra-se na crise econômica gerada pelo elevado déficit fiscal e pelo elevado índice de inflação provenientes do movimento dos preços do estanho, que obrigavam o governo a emitir moeda e se endividar junto ao Banco Central Boliviano para fazer girar a economia, chegando ao colapso e abrindo espaço para um longo período de governos militares (ZUCCO JR, 2008). Nota-se, no entanto, que a Revolução Nacional Boliviana concedeu importantes avanços para o desenvolvimento do país, contudo não se vislumbrou um desenvolvimento econômico favorável e condizente com a proposta de progresso estabelecida: apesar de dar as “armas” aos trabalhadores, o governo não alterou o sentido da colonização, utilizando o conceito de Caio Prado Junior (1971), pois manteve o país como primário exportador, sem investir efetivamente numa indústria de base nacional, não propôs uma fase de industrialização dos minérios nem uma mecanização da produção agrícola.

O Governo Militar Boliviano estabeleceu políticas de estabilização através de um processo de captação de recursos externos para investir na exploração de Petróleo, com a *Bolivian Gulf Oil*, além disso, retirou das mãos dos trabalhadores o poder na mineração. Desta forma estabeleceu a repressão às organizações de mineiros e aos sindicatos, com forte perseguição aos líderes dos movimentos sociais (BUSTILLOS; CUETO; ESPADA, 2009). Entretanto, a Ditadura boliviana em si, se instaura com a ascensão do General Banzer, que assume o poder após tentativas frustradas do Governo Militar em legitimar políticas nacionalistas, principalmente com a nacionalização dos hidrocarbonetos.

O período da Ditadura é caracterizado por extrema repressão e por fomentar importantes avanços econômicos amparados no endividamento externo, um movimento semelhante ao processo vivido, como um todo, nos países Latino americanos à época, uma fórmula que chegou aos anos de 1980 sob uma forte crise inflacionaria, além de uma profunda instabilidade política.

Em 1978, ao tentar fraudar uma eleição para legitimar-se, a ditadura relativamente duradoura de Hugo Bánzer deu lugar a uma série de golpes e contragolpes que transformaram a Bolívia no mais instável país da região e, possivelmente, do mundo. Nos quatro anos seguintes houve oito presidentes, duas juntas, vários golpes, muitos assassinatos políticos, uma eleição fraudada (1978), uma inconclusiva (1979) e outra (1980) cujos vencedores somente tomaram posse dois anos mais tarde (ZUCCO JR, 2008, p. 5).

É neste cenário que se dá a transição para a democracia. No início dos anos de 1980 a Bolívia estava envolvido num profundo caos econômico, assim como a maioria dos países da América Latina, sobretudo com relação a crise da dívida. O período militar construiu a base da crise, o PIB de 1982 recuou 9,2% e a inflação chegou a 296,5%. O estopim deste processo encontra-se no sobre-dimensionamento do setor público e na sua situação amplamente deficitária, na baixa produtividade e na queda dos preços internacionais das matérias primas, além da manutenção de um câmbio super valorizado (BUSTILLOS; CUETO; ESPADA, 2009).

A democracia afundou a Bolívia cada vez mais num processo de crise, a declaração da moratória e a inflação de 23.500% em 1985, abriram espaço para que o projeto neoliberal avançasse e estabelecesse suas raízes de credibilidade e estabilidade na economia boliviana. Foi proposto então um plano de ajuste macroeconômico que buscava restabelecer o equilíbrio fiscal e da balança de pagamentos, visando uma aceitação perante o FMI para que houvesse disponibilidade de financiamento externo. Dentre outras coisas privatizou algumas empresas estatais, principalmente os grandes centros de mineração, desvalorizou o câmbio, estabeleceu o “boliviano” como moeda em substituição ao “peso” e promoveu um forte corte nos gastos públicos, gerando um exponencial crescimento do desemprego, quase vinte mil mineiros foram demitidos. Por conseguinte, o FMI aceitou negociar a dívida e reabriu o fluxo de crédito externo, possibilitando assim, a recuperação do equilíbrio da economia boliviana e o combate efetivo a inflação (BUSTILLOS; CUETO; ESPADA, 2009).

O fato é que essas medidas de arrocho acirraram as contradições políticas, levando o governo a enfrentar grande comoção da população. Sua ação de repressão, por fim, enfraqueceu o movimento operário ligado aos mineiros, que já não tinham o poder de contestação de anos anteriores, gerando duas novas correntes políticas, muito importantes para os fatos seguintes que fazem a história da Bolívia: os partidos moderados ligados a setores da burguesia e a resistência popular camponesa e indigenista, ligada aos plantadores da folha de coca.

O “sucesso” com as políticas de estabilização da economia levaram ao podera elite *cruceña*, representados pelo então ministro da economia, Gonzalo Sacher de Lozada, para a conclusão do projeto neoliberal. Sua ação principal fundou-se na Capitalização, uma forma de privatização em que 50% mais a administração da empresa passa para sócios privados e os outros 50% ficam para o povo boliviano sob forma de ações. Foram privatizadas as maiores empresas estatais bolivianas, principalmente a

YPFB, o que possibilitou uma entrada extensa de dólares para financiar o investimento boliviano, sendo o avanço na produção de hidrocarbonetos, principalmente o gás, o mais importante resultado, consolidando o comércio com o Brasil (BUSTILLOS; CUETO; ESPADA, 2009).

O Neoliberalismo boliviano manteve-se hegemônico sob o controle da elite de Santa Cruz de La Sierra, por mais de 20 anos, sem, contudo lograr uma melhora na qualidade de vida da população, nem a redução do desemprego. Ou seja, a Bolívia permaneceu sendo o país mais pobre da América do Sul, gerando assim uma insatisfação das massas populares com tendência crescente, caminhando gradualmente para uma nova virada na história político-econômica boliviana, que se inaugura com a eleição de Evo Morales em 2006.

1.1. Condições socioeconômicas bolivianas

Apesar de um forte movimento nacionalista, que de forma recorrente foi fundamental para a constituição da Bolívia, muitas vezes propondo medidas que buscassem melhorar a qualidade de vidas de seu povo, as ações de orientação econômica produtiva sempre foram simplesmente satisfeitas por um sistema de esgotamento dos recursos abundantes e crescimento desigual da riqueza no país. Os bolivianos continuam exportando matéria prima sem valor agregado, mantendo sua condição de extrema dependência das potências industrializadas, deixando de eliminar as barreiras da miséria e da estagnação. Por outro lado, o movimento neoliberal que se manteve no poder por 20 anos, pós ditadura militar, incontestavelmente não produziu condição favorável para o desenvolvimento, possibilitou apenas uma estabilização econômica, condizente com o panorama mundial, para fomentar um crescimento ainda mais desigual, apontando um cenário cada vez mais acirrado de miséria para as massas populares.

É possível visualizar o tamanho desta inconsistência apenas observando os dados oficiais do Governo Boliviano, que certamente assustam se pensarmos num mundo globalizado e altamente desenvolvido tecnologicamente. Dados do Boletim do estado do Desenvolvimento Humano Boliviano, apresentados pela UDAPE-PNUD da Bolívia, apontam como resumo dos indicadores sociais o seguinte quadro:

Quadro 1 - Resumo dos indicadores sociais

Indicador	Dado
Percentual de Extrema Pobreza (2008)	32,7
Taxa de Cobertura da Educação Primária (2007)	91,7
Taxa de Término da Ensino Fundamental (2007)	74,7
Taxa de Mortalidade Infantil por 1000 nascidos vivos (2008)	50
Percentual de Desnutrição Crônica em menores de três anos (2008 (p))	20,3
Taxa de Mortalidade Materna por 100.000 nascidos vivos (2003)	229
Percentual de domicílios com acesso a Rede de Água Potável Canalizada (2007)	75,5

Fonte: UDAPE-PNUD (BOLÍVIA, 2010, p.1) – (p): perspectiva

Os dados apontados refletem o resultado exposto pelo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 2013, disponibilizado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), que combina dados da prosperidade econômica, educação e expectativa de vida para medir a qualidade de vida nos países, variando numa escala de 0 a 1. O IDH boliviano é de 0,667, ocupando a posição nº113 no mundo, um dos piores índices da América Latina.

Dados do Banco Mundial apontam que PIB Nominal boliviano é um dos menores da América do Sul, US\$ 30,6 bi em 2013, é representado em 52% pelo setor de serviços, 38% pelo setor industrial e 10% pela agricultura, expondo a condição de subdesenvolvimento do país. A balança comercial positiva provém da exploração e exportação de matéria prima bruta, como minérios e hidrocarbonetos, em especial o Gás natural, que tem o Brasil como maior consumidor.

O atraso da economia boliviana reflete a contradição de sua história, não se logrou desenvolver um país forte e competitivo, as ações sempre voltadas para fora, deixaram de contribuir para que as riquezas fossem transformadas em avanços sociais, estimulou-se apenas o enriquecimento de uma oligarquia proprietária das grandes reservas naturais e mais recentemente do grande capital internacional. O fato é que o povo boliviano sempre esteve inquieto, porém, sem até hoje comemorar uma investida de sucesso. No próximo item serão avaliados os mais recentes acontecimentos que têm a oportunidade de mudar essa história, procurando respostas para saber se o sentido da colonização finalmente amargurará o fim.

2. A ascensão de Morales e os desafios para o desenvolvimento

A chegada ao Poder do líder cocalero Evo Morales se compreende com o crescimento do *Movimiento Al Socialismo* (MAS), partido político que começou a ganhar força em meados dos anos de 1990 e elegeu o próprio Morales em 1997 como deputado. O MAS é o partido que representa o movimento dos trabalhadores rurais, que em sua maioria são de origem indígena. Entretanto, a força que galgou a eleição de Morales se dá ao fato de que em seu mandato enquanto deputado, o homem político, conseguiu reunir cada vez mais representantes de diversos segmentos políticos que estavam enfraquecidos, como a *Central Obrera Boliviana*, tendo a Nacionalização das fontes de hidrocarbonetos como principal reivindicação.

O MAS, assim, passou a combinar componentes sindicais diversos, movimentos étnicos, elementos da esquerda tradicional e também a nova esquerda antiglobalização. O crescimento foi rápido: depois de chegar em segundo lugar nas eleições presidenciais de 2002, com 20% dos votos, já nas eleições municipais de 2004 o MAS se tornou o maior partido do país (ZUCCO JR, 2008, p. 9).

Importantes acontecimentos de enfrentamento entre a população e o exército marcam o fortalecimento do partido e do Líder Evo Morales, como a “Guerra da Água” em 1999-2000, em que a resistência popular se opunha à privatização das fontes de água e à erradicação das plantações de folha de coca proposta pelo então presidente Banzer; e a “Guerra do Gás”, em 2002-2003, contra o projeto de exportação das fontes naturais de Gás para o Chile, via iniciativa privada do presidente Lozada.

A vitória do MAS se inicia com o resultado do plebiscito de 2004 em que a maioria dos votantes aprovou a recuperação pelo Estado boliviano da propriedade dos hidrocarbonetos e reativação da YPFB. Este processo formatou o resultado das eleições de 2005: Evo Morales foi eleito presidente da Bolívia com maioria absoluta dos votos, sem necessidade de realização de segundo turno. Venceu a alternativa ao neoliberalismo que em 20 anos no poder manteve a população jogada na miséria.

O Governo Morales teve como objetivo inicial avançar a nacionalização dos hidrocarbonetos, da indústria do gás e do sistema de telecomunicações, e promover uma política de reconhecimento dos indígenas como população originária. Além disso, procurou estimular a economia nacional com aplicação de políticas protecionistas à agricultura e manufaturas, abrindo para a entrada de bens de capital (ZUCCO JR, 2008). Ao mesmo tempo preparou o *Plan Nacional de Desarrollo* (PND), que é promulgado em setembro de 2007.

O PND é a estratégia do governo Morales para buscar o desenvolvimento econômico e social da Bolívia, tendo como objetivo principal a superação da ordem político-econômica, assentada numa economia de matriz primário-exportadora, e da exclusão política e social da maior parte da população boliviana, com sua base estruturada em quatro pilares para a Bolívia: Digna, Soberana, Produtiva e Democrática; para Viver Bem (CUNHA FILHO; GONÇALVES, 2009).

O grande desafio do Governo então é elevar o padrão de vida de sua população, com o conceito de “Viver Bem”. Desta forma, a possibilidade de legítima mudança estrutural repousa inicialmente sobre o pilar produtivo, já que é através de uma nova ordem produtiva, capaz de estimular a criação de empregos para o povo e romper com o padrão primário exportador de sua economia, que todo o PND se articula. O grande impulso modernizante, dentro da conjuntura boliviana, só pode convergir, portanto, dos setores estratégicos geradores de excedentes, no caso os hidrocarbonetos e a mineração, respectivamente o Gás natural e, entre outras coisas, o Lítio, como grande expectativa. Ou seja, a renda excedente gerada por estes setores estratégicos, se reinvestida de forma positiva, visando por em prática o estabelecido no PND, pode condizer com o rompimento do “sentido da colonização”.

Dentro desse contexto, o Governo estabelece os setores estratégicos de geração de excedentes, sendo o eixo principal da construção da nova matriz produtiva nacional, buscando fomentar a exploração dos hidrocarbonetos, eletricidade, recursos ambientais e mineração. Em síntese, o objetivo é estimular através dos setores estratégicos, que devem ser controlados pelo Estado, a produção de excedentes econômicos que sejam capazes de ser reinvestido na economia em setores geradores de emprego e renda. Emprego e Renda é o segundo eixo principal do PND produtivo, como indústria, agropecuária e serviços, em que o papel do Estado será a intervenção para o estabelecimento de prioridades, que objetiva orientar e diversificar a produção nacional, visando gerar valor agregado e reduzir as assimetrias regionais. Transversalmente, o Governo pretende estimular o setor de infraestrutura (Transporte e Telecomunicações) e agências de fomento como o SINAFID (Sistema Nacional de Financiamento para o Desenvolvimento), que ainda inclui o SBI (Sistema Boliviano de Inovação) e o BDP (Banco de Desenvolvimento Produtivo), buscando assim possibilitar a extinção da economia primário exportadora (CUNHA FILHO; GONÇALVES, 2009).

O PND ainda expõe uma Política de Investimentos, na qual propõe uma participação fundamental do setor público, sem excluir os setores privados e

estrangeiros. O investimento público deve priorizar as estratégias do Viver Bem e os demais investimentos devem ser estimulados para fomentar a economia, porém inseridos em uma normatização clara e específica que assegure o projeto de desenvolvimento nacional. Especificamente para o capital estrangeiro o objetivo do Governo é estabelecer parcerias estratégicas que permitam o aproveitamento e a industrialização de seus recursos naturais, explícito no Eixo Bolívia Soberana do PND; em outras palavras: “o país busca sócios não patrões”.

Os IED serão tratados dentro de um novo marco regulatório que garanta a lucratividade dos investidores desde que assegurados o respeito às leis bolivianas e uma contribuição adequada aos objetivos de desenvolvimento do país, com sua industrialização, transferência de tecnologia e geração de emprego (CUNHA FILHO; GONÇALVES, 2009, p. 9).

A política de Morales, portanto, engendra em sua raiz o projeto Bolivariano, buscando compreender as suas condições históricas atuais, orientada de modo positivo para um futuro sustentável, para propor a continuidade do espírito de determinação radical que Bolívar, em sua época, expôs para lutar por uma América mais justa para seu povo (MÉSZÁROS, 2009).

O PND boliviano pode ser, portanto, a resposta à necessidade de conjecturar uma verdadeira transformação no país. A seguir um resumo dos indicadores sociais da Bolívia, destacando o avanço possibilitado na nova realidade nacional através de uma comparação entre período anterior e posterior ao início Governo de Evo Morales:

Quadro 2 - Indicadores Sociais da Bolívia no Governo de Evo Morales

A porcentagem dos bolivianos em situação de pobreza caiu de 60,6% em 2005 para 49,6% em 2010.

A parcela da população em situação de pobreza extrema caiu, no mesmo período, de 38,2% para 25,4%. A chamada classe média aumentou de 30% para 36%, o que equivale a 1 milhão de pessoas a mais.

Em 2005, os 10% de bolivianos mais ricos detinham uma riqueza 128 vezes maior que a dos 10% mais pobres. Em 2009, essa diferença tinha se reduzido à metade, para 60 vezes.

Nos últimos 5 anos, 942 mil bolivianos tiveram acesso, pela primeira vez, aos serviços de água potável e 700 mil ao saneamento básico.

Durante o governo de Morales, a mortalidade infantil caiu de 55 em cada mil nascidos vivos para 45.

A proporção de moradias rurais com acesso à eletricidade subiu de um quinto para a metade.

Fonte: IPEA (FUSER, 2011, p. 84).

Isto posto, a condição de manutenção do sentido da colonização vislumbra sua possível extinção. O espírito de determinação radical do governo Morales, usando mais uma vez a expressão de Mészáros (2009), contribui para que a economia boliviana siga o caminho da Revolução Bolivariana, lançando suas armas contra o simples interesse do Capital e abraçando a causa de um mundo sustentável e menos desigual. Além disso, é possível considerar o PND como uma quebra de paradigma na história boliviana que, sobretudo, possui forte legitimidade junto a maioria da população.

Essa via “descolonizadora”, que difere parcialmente do modelo republicano liberal, ganhou forma jurídica na definição da Bolívia como um Estado *Plurinacional* e na opção constitucional por uma visão de mundo denominada “bom viver”, em que o bem estar social se associa à idéia da harmonia com a natureza. Valorizam-se o estilo de vida das comunidades originárias, seus idiomas e costumes ancestrais, ao mesmo tempo em que se rejeita o consumismo contemporâneo (FUSER, 2011, p. 81).

Observar estes dados leva a uma visão otimista em direção ao desenvolvimento boliviano nas próximas décadas. Ao ter legitimidade entre a maioria da população, a ação de um governo nacionalista tem o poder de fomentar um grande avanço econômico, designando novas perspectivas para um povo que durante séculos serviu de objeto de ultraexploração do grande capital e agora tem nas mãos a possibilidade de ancorar uma nova história para seu país.

Recente publicação da Felipe (2013) sintetiza as perspectivas aqui avaliadas e contribuem para propor a hipótese de quebra estrutural na Bolívia a partir da ascensão de Evo Morales, que será testada empiricamente no próximo item:

O crescimento econômico da Bolívia subiu de US\$ 8 bilhões, em 2005, para US\$ 32 bilhões atualmente, segundo informou o presidente do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Luis Alberto Moreno. Na avaliação dele, a rápida ascensão foi impulsionada pelos setores de hidrocarbonetos, transportes, construção, eletricidade, manufatura e produção agropecuária.

O período citado coincide com o governo de Evo Morales, eleito em dezembro de 2005. Este ano o país mantém a boa fase de crescimento, o Produto Interno Bruto (PIB) cresceu 6,5% no primeiro semestre.

Segundo o presidente do BID, a Bolívia também acumula reservas internacionais que representam a metade desse crescimento econômico. Moreno participou da assinatura de um contrato de crédito

que outorga à Bolívia US\$ 140 milhões para a execução de projetos. “A Bolívia começou a sentir um novo amanhecer e a sentir como é poder fazer obras que duram vários anos”, disse.

O presidente Evo Morales atribui o melhor desempenho econômico ao trabalho da equipe de governo e ainda ao fato de existir, segundo ele, disposição popular em acreditar no governo. “Os bolivianos não enxergam os políticos como ladrões”, disse Morales. (FELIPE, 2013).

3. Análise da quebra estrutural

Para apresentar mais evidências que possam corroborar para aceitação da hipótese de mudança estrutural na Bolívia a partir da ascensão de Evo Morales como Presidente da República, este trabalho buscou interpretar dados estatísticos do país, tomando como elemento base para a análise a Formação Bruta de Capital Fixo, apresentando um modelo ARMA e fazendo o teste de Chow para verificar a existência de uma quebra estrutural nos períodos correspondentes.

O Modelo ARMA (Modelo Auto-regressivo de Médias Móveis) faz parte da metodologia Box-Jenkins e é utilizado para avaliar uma variável através de seus valores passados, mas não é baseado em teoria econômica. É um processo iterativo considerado mais “arte do que ciência”, por fim é uma forma de estudar o comportamento da variável no tempo para gerar previsões de curto prazo. O método é dividido em quatro etapas: identificação; estimação; diagnóstico e previsão (GUJARATI; PORTER, 2011). Porém, o objetivo deste trabalho em si não é fazer previsões, mas sim estudar a formação bruta de capital fixo na Bolívia, o modelo ARMA pareceu explicar a variável no tempo com mais precisão, para que verifiquemos a quebra estrutural aqui proposta.

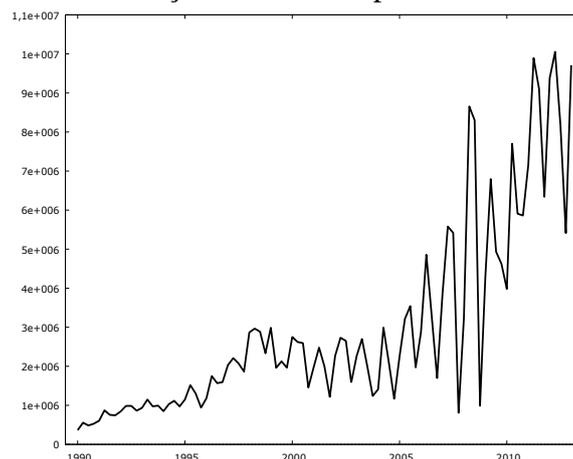
O teste de Chow é aplicado quando há razões para suspeitar que existe mudança estrutural em um momento particular do tempo, neste caso a suspeita se dá com as transformações propostas a partir da Ascensão de Evo Morales no primeiro trimestre de 2006. O funcionamento do teste se baseia na comparação entre a Soma dos Quadrados dos Resíduos da estimação do Modelo em dois períodos, diferenciados pelo momento em que há suspeita de quebra estrutural. Neste Modelo utilizamos uma variável *dummy* com valores zero no período anterior a 2006:1 e a unidade no período posterior, sendo a forma alternativa de aplicar o teste de Chow (ENDERS, 2010).

Os dados disponíveis e selecionados que podem apresentar um resultado condizente com os objetivos deste trabalho foram coletados das Contas Nacionais

através do site do Instituto Nacional de Estatística da Bolívia (INE) e será disposto como FBKF (formação bruta de capital fixo), com a utilização do software *Gretl* para o estudo econométrico. A escolha da variável FBKF provém da ideia de testar se houve alguma alteração significativa nas políticas de investimento na Bolívia no período posterior a 2006. Uma vez que já verificamos no capítulo anterior que o crescimento do país tem se dado de forma significativa, a partir da observação da trajetória do PIB, vamos verificar agora se o governo conseguiu transformar este fato em políticas de desenvolvimento.

Para iniciar a avaliação econométrica é necessário verificar se a variável FBKF é estacionária, pois, caso não seja é necessário fazer a transformação antes de aplicar o teste. O gráfico a seguir apresenta uma variável com tendência o que pode ser indício de não estacionariedade:

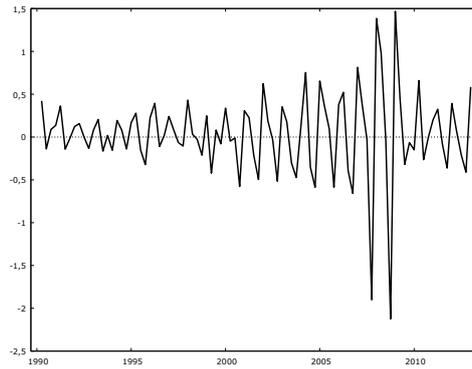
Gráfico 1 - Formação Bruta de Capital Fixo: Bolívia 1990:2013



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE (BOLÍVIA, 2015).

Para corrigir a tendência na série de dados da FBKF é necessário fazer uma transformação na variável, afim de torna-la estacionária para que o teste seja aplicado. Neste caso, o gráfico a seguir apresenta a diferença de logaritmos de FBKF:

Gráfico 2 - Diferença de logaritmos de FBKF: Bolívia 1990:2013

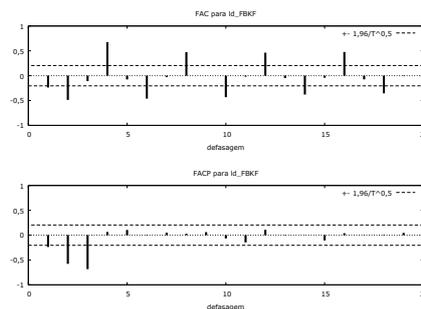


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE (BOLÍVIA, 2015).

É possível observar neste gráfico que a série não apresenta uma tendência, o que pode indicar que desta forma ld_FBKF é estacionária. Para concluir esta avaliação aplicamos o teste formal de raiz unitária Dickey-Fuller, em que é possível concluir que a variável é estacionária, uma vez que a estatística τ apresentou valor de $-18,2491$, o que rejeita a hipótese nula de variável não estacionária.

Deste ponto em diante, com a variável estacionária, inicia-se o método Box-Jenkins. O Primeiro passo é fazer a identificação do modelo ARMA, aqui observação do padrão de autocorreção da variável é o objetivo, por vezes testando muitas possibilidades. Para tanto é preciso avaliar o correlograma da variável FBKF, por meio das funções de autocorrelação amostral (FAC) e autocorrelação amostral parcial (FACP), afim de propor um Modelo $AR(p)$ e $MA(q)$:

Gráfico 3 - Correlograma da variável ld_FBKF



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE (BOLÍVIA, 2015).

É possível verificar que na FAC há um padrão em que as autocorrelações são estatisticamente significativas positivamente a cada 4 defasagens e negativamente, igualmente, a cada 4 defasagens, o que nos leva a propor um modelo $AR(4)$. Já na FACP a autocorrelação crescente nas 3 primeiras defasagens é

estatisticamente significativas, porém, no restante não são estatisticamente diferente de zero, portanto a proposta é de um Modelo MA(1).

Apesar de as FAC e as FACP não serem bem definidas, o Modelo proposto ARMA (4,1) parece ser o que melhor explica o padrão da variável FBKF, pois foram feitas outras tentativas e erros que não apresentaram resultado melhor que este. Portanto, depois de identificado, faz-se a estimação do modelo ARMA (4,1), considerando a variável ld_FBKF como y temos:

$$y_t = \alpha_0 + \alpha_1 y_{t-1} + \alpha_2 y_{t-2} + \alpha_3 y_{t-3} + \alpha_4 y_{t-4} + \varepsilon_t + \beta_1 \varepsilon_{t-1}$$

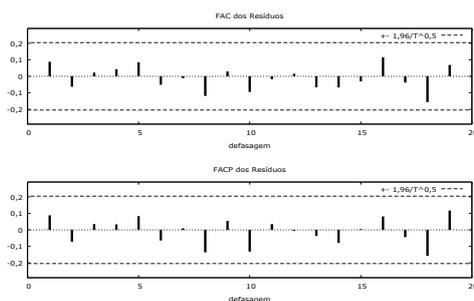
Quadro 3 - Estimação do Modelo ARMA (4,1) da FBKF

Modelo 1: ARMA, usando as observações 1990:2-2013:1 (T = 92)					
Variável dependente: ld_FBKF					
Erros padrão baseados na Hessiana					
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>Z</i>	<i>p-valor</i>	
Const	0,0331097	0,0124412	2,6613	0,00778	***
phi_4	0,682804	0,0752412	9,0749	<0,00001	***
theta_1	-0,864624	0,0754343	-11,4619	<0,00001	***
Média var. dependente	0,035662		D.P. var. dependente	0,495140	
Média de inovações	0,000552		D.P. das inovações	0,283499	
Log da verossimilhança	-16,03529		Critério de Akaike	40,07059	
Critério de Schwarz	50,15774		Critério Hannan-Quinn	44,14185	
	<i>Real</i>	<i>Imaginária</i>	<i>Módulo</i>	<i>Frequência</i>	
AR					
Raiz 1	0,0000	1,1001	1,1001	0,2500	
Raiz 2	0,0000	-1,1001	1,1001	-0,2500	
Raiz 3	-1,1001	0,0000	1,1001	0,5000	
Raiz 4	1,1001	0,0000	1,1001	0,0000	
MA					
Raiz 1	1,1566	0,0000	1,1566	0,0000	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE (BOLÍVIA, 2015).

Para fazer o diagnóstico do modelo, afim de verificar se ele ajusta razoavelmente os dados da variável é preciso fazer a avaliação do correlograma, que segue:

Gráfico 4 - Correlograma da variável ld_FBKF

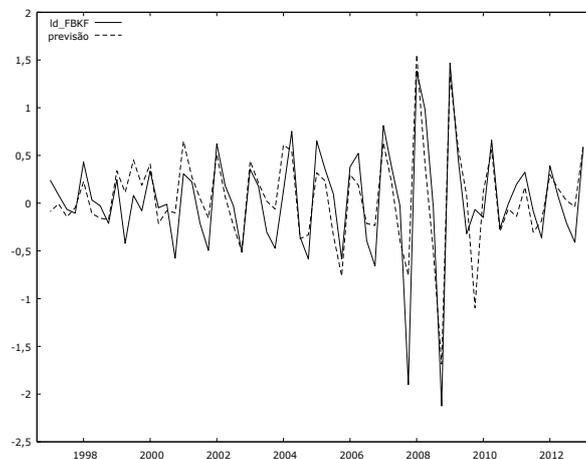


Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE (BOLÍVIA, 2015).

A partir da interpretação destes gráficos acima, é possível aceitar o modelo, pois nenhuma das autocorrelações da FAC e da FACP são estatisticamente significativas, portanto os resíduos estimados são puramente aleatórios e, assim sendo, não há a necessidade de buscar outro modelo ARMA para explicar a variável FBKF no tempo.

O propósito deste artigo não é fazer previsões sobre o crescimento da FBKF na Bolívia, porém, apenas para ilustrar o poder de explicação do modelo, apresenta-se o gráfico a seguir em que se pode verificar a série real e a série prevista, o que corrobora para aceitação deste modelo:

Gráfico 5 - Comparação entre Id_FBKF e previsão do modelo



Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE (BOLÍVIA, 2015).

O gráfico apresenta um nível de explicação muito bom da série, até mesmo no período de 2008 quando houve a crise política entre Brasil e Bolívia, que afetou o fornecimento de gás e, portanto, a economia. É visível a alteração na variável no período, o que no período seguinte gerou a única previsão contrária à tendência real dos dados. Por fim, com o modelo estabelecido, o objetivo agora é testar se houve quebra estrutural no período avaliado.

Segundo Enders (2010), para testar a existência de quebra estrutural através do modelo ARMA é possível utilizar uma variável *dummy* para aplicar o teste de Chow, como já explicado. Adicionando a variável *dummy* ao modelo proposto verificamos se ela é estatisticamente significativa, caso seja há evidência de quebra estrutural. Assim sendo, no modelo ARMA (4,1) aqui estimado acrescentamos uma variável *dummy* chamada Q, com valor igual a 0 para o período de 1990:1 a 2005:4 e com valor igual a 1 para o período de 2006:1 a 2013:1, ficando o modelo da seguinte forma:

$$y_t = \alpha_0 + \gamma_1 Q_t + \alpha_2 y_{t-2} + \alpha_3 y_{t-3} + \alpha_4 y_{t-4} + \varepsilon_t + \beta_1 \varepsilon_{t-1}$$

Quadro 4 - Estimação do Modelo ARMA (4,1) da FBKF com Q

Modelo 2: ARMAX, usando as observações 1990:2-2013:1 (T = 92)					
Variável dependente: Id_FBKF					
Erros padrão baseados na Hessiana					
	<i>Coefficiente</i>	<i>Erro Padrão</i>	<i>z</i>	<i>p-valor</i>	
const	0,0326536	0,0159541	2,0467	0,04069	**
phi_4	0,682521	0,0756173	9,0260	<0,00001	***
theta_1	-0,866579	0,087179	-9,9402	<0,00001	***
Q	0,00126867	0,0284226	0,0446	0,96440	
Média var. dependente	0,035662		D.P. var. dependente	0,495140	
Média de inovações	0,000667		D.P. das inovações	0,283496	
Log da verossimilhança	-16,03432		Critério de Akaike	42,06864	
Critério de Schwarz	54,67758		Critério Hannan-Quinn	47,15771	
	<i>Real</i>	<i>Imaginária</i>	<i>Módulo</i>	<i>Frequência</i>	
AR					
Raiz 1	0,0000	1,1002	1,1002	0,2500	
Raiz 2	0,0000	-1,1002	1,1002	-0,2500	
Raiz 3	-1,1002	0,0000	1,1002	0,5000	
Raiz 4	1,1002	0,0000	1,1002	0,0000	
MA					
Raiz 1	1,1540	0,0000	1,1540	0,0000	

Fonte: Elaboração própria com base nos dados do INE (BOLÍVIA, 2015).

Os resultados do teste de Chow levam à conclusão através do p-valor da variável *dummy* Q que não se pode rejeitar a hipótese nula, ou seja, a variável Q não é significativa. Desta forma o modelo ARMA (4,1) proposto inicialmente, explica melhor a trajetória da FBKF e, portanto, através deste modelo específico não há evidência de uma significativa quebra estrutural na economia boliviana a partir do primeiro trimestre de 2006 sob a ótica da Formação Bruta de Capital Fixo.

4 Considerações finais

A Bolívia em sua história amarga a dura realidade de ser um dos países mais pobre da América do Sul, apesar de possuir grandes reservas de riquezas naturais. Os bolivianos são em sua maioria descendentes diretos dos povos indígenas que habitavam a América antes do advento das grandes navegações e da colonização do Novo Mundo, porém, a marca na construção da nação jamais fora estabelecida por um representante

desta maioria. Evo Morales significa muito mais do que a eleição de um indígena como Presidente da República, ele representa a massa das pessoas que por séculos são exploradas e excluídas das decisões de seu próprio país.

A virada na história boliviana a partir de 2006 abrange especificamente este ponto, nunca antes um presidente boliviano teve a legitimidade perante a população, pois apesar de recorrentes tentativas de governos populares, nunca se observou que neste país a luta de séculos está enraizada numa cultura muito divergente da hegemonia Ocidental. Por estes motivos, a força política de Evo Morales extrapola a noção de esquerda, centro ou direita, é uma nova ordem em que a maioria de seus representados confia e demonstra apoio.

Com esta perspectiva e apoiado pela população, Evo Morales propõe uma nova história para o país, com o intuito de valorizar os agentes da história boliviana, reconhecendo os povos indígenas originários e propondo uma economia alternativa dentro de um mundo dominado pelo modelo do consumismo desenfreado, se aproximando da chamada Revolução Bolivariana. O resultado desta política já toma proporções consideráveis, a Bolívia é dos países que mais cresce no mundo e as contradições que se refletem na miséria do povo, começam a proporcionar uma nova estrutura social que procura diminuir as desigualdades.

Entretanto, as transformações propostas ainda estão sendo semeadas no país e os índices bolivianos continuam a apontar uma economia extremamente dependente da exportação de matéria prima e uma condição socioeconômica subdesenvolvida. No modelo econométrico aqui proposto é possível verificar que não houve até o momento uma consistente quebra na estrutura econômica de investimento, tal resultado, aponta que embora o ritmo de crescimento esteja acelerando, o país ainda não conseguiu propor uma transformação profunda na economia, uma consistente mudança estrutural capaz de elevar o nível de investimentos a fim de romper com o sentido histórico que a Bolívia carrega de subdesenvolvimento.

O teste aqui apresentado, embora rejeite a hipótese de mudança estrutural, não invalida a proposta para uma Nova Bolívia, pois a evolução para que haja o rompimento com o subdesenvolvimento é um processo que precisa ser enxergado no longo prazo, todavia os primeiros passos já estão dados, e o povo boliviano acredita neste projeto, uma vez que reelegeu o Presidente Evo Morales para o terceiro mandato consecutivo. Por outro lado, faz pouco mais de oito anos que se reiniciou o impulso “bolivariano”, e

é preciso observar que caminho traçado por Simon Bolívar para a América Latina foi rompido há mais de 200 anos.

ANALYSIS OF THE POSSIBLE STRUCTURAL BREAK IN THE BOLIVIAN ECONOMY AT THE PANORAMA OF EVO MORALES' GOVERNMENT

ABSTRACT: *In this paper is proposed a debate on the possibility of a breaking in the economic under development of Bolivia from the New Political Order determined with the election of Evo Morales. The analysis is based on a synthesis of the economic history of the country and conjecture the rise of indigenous leader to the presidency. The debate is settled on the socio-economic policies put forward by the government, with the aim of exploring the possibility of a deep transformation in the structural bases of the country. Provides up, in order to corroborate with the debate, an econometric exercise that tests the hypothesis of a structural break in the Bolivian economy.*

KEYWORDS: *Underdevelopment. Structural break. The Bolivarian revolution.*

REFERÊNCIAS

ANDRADE, E. de O. **A Revolução Boliviana**. São Paulo: Ed. da UNESP, 2007.

BOLÍVIA. Instituto Nacional de Estadísticas. Deflactor implícito de la oferta y demanda final. **Bolivia:** oferta y demanda final a precios corrientes. La Paz: INE, 2015. Disponível em: <<http://www.ine.gob.bo/indice/general.aspx?codigo=40213>>. Acesso em: 18 out. 2015.

_____. **Boletines ODM:** Boletín sobre el estado de desarrollo humano en Bolivia. La Paz: [UDAPE], 2010. Disponível em: <http://www.udape.gob.bo/portales_html/boletinesODM/bolivia1.pdf>. Acesso em: 18 out. 2015.

BUSTILLOS, G.; CUETO, L.; ESPADA, H. S. La historia económica de Bolivia. **Revista Nueva Economía**, [Bolivia], v. 15, n. 783, ago. 2009. Disponível em: <<http://nuevaeconomia.com.bo/productos/revista-articulos/historia/la-historia-economica-de-bolivia/>>. Acesso em: 13 out. 2015.

CUNHA FILHO, C. M.; GONÇALVES, R. S. Perspectivas e limitações do PND, como estratégia Político-Econômica na Bolívia de Evo Morales. In: CONGRESSO MUNDIAL DE CIÊNCIAS POLITICAS, 21., 2009, Santiago. **Anais...** [Montreal]: [s.n.], 2009. Disponível em: <http://paperroom.ipsa.org/papers/paper_1117.pdf>. Acesso em: 13 out. 2015.

ENDERS, W. **Applied econometric time series**. 3.ed. New Jersey: John Wiley & Sons, 2010.

FELIPE, L. Bolívia, entre a preservação e o desenvolvimento. **Agência Brasil**. Bogotá, 15 ago. 2013. Disponível em:

<<http://www.ebc.com.br/noticias/internacional/2013/08/presidente-do-bid-destaca-crescimento-economico-da-bolivia>>. Acesso em: 15 out. 2015.

FUSER, I. Bolívia, entre a preservação e o desenvolvimento. **Revista Desafios do Desenvolvimento**, Brasília, v. 8, n. 70, dez. 2011. Disponível em: <http://www.ipea.gov.br/desafios/index.php?option=com_content&view=article&id=2669:catid=28&Itemid=23>. Acesso em: 18 set. 2015.

GUJARATI, D. N.; PORTER, D. C. **Econometria básica**. 5. ed. Porto Alegre: AMGH, 2011.

MARX, K. **O Capital**. São Paulo: Civilização Brasileira, 2008.

MÉSZÁROS, I. **A crise estrutural do capital**. São Paulo: Boitempo, 2009.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil contemporâneo**. 11. ed. São Paulo: Brasiliense, 1971.

ZUCCO JR, C. Bolívia: política doméstica e inserção regional. **Estudos e Cenários**, [Rio de Janeiro], v. 5, n. 3, ago. 2008. Disponível em: <http://observatorio.iesp.uerj.br/images/pdf/estudos/5_estudosecenarios_Estudos_e_Cenarios_Zucco.pdf>. Acesso em 18 out. 2015.